

## O Estado Desenvolvimentista e a Política Externa Brasileira (1974-1990): uma proposta de análise

Isabella Cruzichi \*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar historicamente a trajetória da política externa brasileira durante os governos Geisel, Figueiredo e Sarney e sua relação com o modelo de Estado desenvolvimentista. Compreende-se que os Estados sempre condicionam suas políticas exteriores e seus modelos de inserção internacional em paradigmas, as relações internacionais do Brasil originaram quatro, dentre eles está o desenvolvimentista (1930-1990) (CERVO, 2008), contudo, este paradigma abarcou um período histórico extenso tornando o recorte temporal de 1930 a 1990 pouco homogêneo. Nesse sentido, questiona-se aqui se é possível identificar elementos na política externa brasileira implementada entre 1974 e 1990, que a enquadram dentro do paradigma do Estado desenvolvimentista. Desse modo, a hipótese do trabalho argumenta que a diplomacia nacional teve características e ações específicas, dentro do paradigma de Estado desenvolvimentista, numa matriz de conduta claramente estabelecida, que levou em conta a parcial permissibilidade do sistema internacional do período e foi favorecida pela viabilidade nacional. Metodologicamente, o artigo classifica-se, pelo objetivo, como descritivo explicativo, por meio do método hipotético-dedutivo, através de uma abordagem qualitativa, analisando fontes primárias e secundárias.

**Palavras-chave:** Brasil; Política Externa Brasileira; Estado desenvolvimentista.

### Considerações Teóricas Iniciais

Para a compreensão da pesquisa, fez-se necessário desenvolver um arcabouço teórico com a finalidade de destacar conceitos e definições importantes para fundamentar a hipótese levantada. Assim, a presente seção objetiva realizar um debate teórico a respeito dos conceitos relativos à análise de política externa brasileira, buscando compreender a forma de inserção internacional que o país tem efetivado ao longo dos anos. Entende-se aqui que toda teoria de Relações Internacionais está sempre atrelada a características e interesses nacionais e regionais, fato que inviabiliza sua aplicação universal. Dessa forma, as teorias devem ser usadas com senso crítico, pois são epistemologicamente incapazes e geram decisões atreladas a interesses e capacidades de quem as concebe, sempre em benefício próprio (CERVO, 2008).

A política externa pode ser definida como um meio em que o Estado promove seus interesses perante os demais Estados, sendo assim, o resultado da articulação entre os interesses internos com as capacidades externas (LAFER, 2007). Entende-se que as estruturas do sistema internacional, em relação à distribuição internacional de poder e às distintas conjunturas, representam fatores de pressão, ou constrangimento – os quais condicionam a definição da política externa brasileira (ALTEMANI, 2005).

A política externa de um país dependente está condicionada simultaneamente, a ordem sistêmica de poder em que se situa, bem como às conjunturas políticas, interna e

---

\* Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa, mestranda do Programa de Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (isabellacruzichi@gmail.com).

## **O Estado Desenvolvimentista e A Política Externa Brasileira (1974-1990): uma proposta de análise**

externa [...]. Essa hipótese, por um lado, acentua a necessidade de conjugar as determinações estruturais, que delimitam o campo de ação dos agentes decisores, como as determinações conjunturais, dadas pela decisão e ação dos *policy-makers*; por outro lado, **repele a noção de que a política externa de um país dependente é um simples reflexo das decisões do centro hegemônico e nega também que se possa entendê-la mediante o exame exclusivo das decisões no país subordinado.** (MOURA, p.42, 1980, grifo nosso)

De acordo com Cervo (2008), a política externa do Brasil apresenta valores e princípios que determinam o padrão de conduta da ação internacional brasileira, que o autor conceituou como acumulado histórico, o qual é formado por elementos como: a autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias; o juridicismo; o multilateralismo normativo; a ação externa cooperativa e não-confrontacionista; as parcerias estratégicas; o realismo e pragmatismo; a cordialidade oficial no trato com os vizinhos; o desenvolvimento como vetor; e a independência de inserção internacional.

Dentre as teorias de relações internacionais, nota-se que nenhuma é capaz de fornecer um alcance explicativo satisfatório a respeito da política externa brasileira; assim a presente pesquisa adota como base teórica os paradigmas de política exterior desenvolvidos por Amado Cervo (2008). De acordo com o autor, o conceito de paradigma nas ciências humanas, tem como função organizar a matéria objeto de análise, visando dar compreensão e inegabilidade ao tema, por meio do conceito. Os Estados sempre condicionam suas políticas exteriores e seus modelos de inserção internacional em paradigmas. As relações internacionais do Brasil originaram quatro: o liberal-conservador, empregado entre o século XIX até 1930; o desenvolvimentista, entre 1930 e 1989; o normal ou neoliberal durante a década de 1990 e o logístico adotado nos anos 2000.

O Estado desenvolvimentista, que se estendeu de 1930 até 1989, centrava-se no Estado como principal agente das relações internacionais do país, surgiu influenciado internacionalmente pela Grande Depressão e internamente pela complexificação da sociedade brasileira, que pressionava um movimento para a modernização nacional (CERVO, 2008). Houve o abandono da diplomacia da agroexportação passando a defender o interesse nacional múltiplo, visando atender os interesses da sociedade brasileira gradualmente mais complexa, composta não somente pelas oligarquias agroexportadoras, mas também por empresários, militares e a classe média (CERVO, 2008).

O Estado desenvolvimentista assumiu características tradicionais reforçando o aspecto nacional e autônomo da política exterior, representou o Estado empresário aquele “que arrasta a sociedade no caminho do desenvolvimento nacional mediante a superação de dependências econômicas estruturais e a autonomia de segurança” (BUENO; CERVO, 2015,

p. 489). O projeto de industrialização por substituição de importações (ISI), desenvolvido no período, tinha o setor externo como ferramenta para buscar insumos (capitais, tecnologias e mercados) que viabilizassem o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, a política externa ganhou autonomia decisória possibilitando a diversificação das parcerias e subordinando a política de segurança aos interesses econômicos (CERVO, 2008).

Posto isso, é essencial considerar que o paradigma desenvolvimentista abarca um período histórico bem extenso e determina o eixo balizador geral da ação externa nacional. No entanto, o recorte de 1930 até 1989 não é homogêneo. Em vista disso, será usado também o conceito de matriz de política externa, desenvolvido por Sennes (2003), que analisa de forma mais pontual as diretrizes da política externa brasileira conduzida entre 1974 e 1989. Pode-se dizer que os principais elementos desta matriz foram estabelecidos na década de 1970, as posturas multilaterais e bilaterais foram assentadas majoritariamente no governo Geisel e as regionais no governo Figueiredo. Nesse sentido, entende-se que a matriz abarca:

contornos mais gerais da política externa de um país e busca determinar a forma pela qual ele concebe a dinâmica do sistema internacional; identifica as ameaças e possibilidades que esse sistema representa para seus próprios objetivos; dimensiona suas potencialidades, recursos, fraquezas e capacidades de ação internacional; projeta os objetivos e interesses dos outros agentes que atuam no sistema internacional; e planeja uma inserção nesse sistema do modo que considera o mais vantajoso possível (SENNES, 2003, p. 36)

A matriz de política externa de um país não é, portanto, fruto de um único núcleo burocrático – civil ou militar, diplomático ou não –, ela reflete teoricamente um “conjunto de opções, concepções e estratégias em um nível de agregação de ordem nacional generalizantes a um determinado país” (SENNES, 2003, p. 36). Tendo isso em vista, de acordo com o autor, para se identificar a matriz das posturas externas de um Estado é necessário esboçar uma linha condutora e articulada entre diversos componentes tradicionais como ações econômicas, diplomáticas e militares, os quais constituem a sua projeção internacional, além de outros fatores de natureza distinta que tenham em comum o seu envolvimento direto na disputa de poder a nível internacional. Além disso, a matriz de política externa de um Estado tende a passar por processos de mudanças em períodos de tempo geralmente mais dilatados do que a duração dos governos, principalmente em regimes presidencialistas (SENNES, 2003).

Inserido na matriz de política externa brasileira, guiada de forma geral pelo paradigma desenvolvimentista, está o alinhamento Terceiro-mundista. O conceito de Terceiro Mundo surgiu em 1945 após a Conferência de Yalta e passou a designar os países periféricos do globo, as nações latino americanas e afro-asiáticas que passaram a demandar cada vez mais pelo desenvolvimento econômico. Contudo, a conjuntura do sistema bipolar e das

## **O Estado Desenvolvimentista e A Política Externa Brasileira (1974-1990): uma proposta de análise**

disputas entre as superpotências norte-americana e soviética representavam para os Estados Terceiro-mundistas uma camisa de força que obstaculizava os processos de modernização e desenvolvimento (VIZENTINI, 1997).

Em 1954, ocorreu a Conferência de Colombo, representando o “autêntico signo de mudanças no cenário mundial” (PEREIRA; RIBEIRO; VISENTINI, 2013, p. 54), na qual países asiáticos discutiram a articulação de uma frente neutralista. Em 1955, a Conferência de Bandung reuniu vinte e nove países afro-asiáticos que repudiavam a Guerra Fria, o sistema dos pactos de defesa coletiva financiados pelas superpotências, bem como, a corrida armamentista, defendiam ainda a descolonização e frisavam a necessidade de desenvolvimento econômico. Bandung enfatizou o neutralismo, o não alinhamento e a prioridade que deveria ser dada ao desenvolvimento, o que implicava em estabelecer um novo sistema de relações internacionais o qual superaria as limitações impostas por Yalta (VIZENTINI, 1997). Apesar de suas ambiguidades, “[...] Bandung marcou a irrupção do Terceiro Mundo no cenário internacional” (PEREIRA; RIBEIRO; VISENTINI, 2013, p. 54). Esse contexto fomentou a realização da I Conferência dos Países Não Alinhados, onde convergiram a política da Terceira Via nas relações internacionais – defendida por Tito, Presidente da Iugoslávia, – o neutralismo, o afro-asiatismo de Bandung e o pan-africanismo de Nkrumah. Assim, os Não Alinhados se manifestaram contrários ao domínio das grandes potências e referiram a necessidade de uma nova ordem política e economia mundial (PEREIRA; RIBEIRO; VISENTINI, 2013).

No Brasil, o segmento nacional-desenvolvimentista dentro do Itamaraty tinha uma compreensão do sistema internacional fortemente condicionada por esta percepção Terceiro-mundista. No governo Geisel, quando este grupo conseguiu se colocar como definidor da agenda internacional e o Estado brasileiro passou a orientar-se buscando estratégias de inserção que superassem as limitações do sistema do pós-1945 (VIZENTINI, 1997). Dessa forma, a partir da metade da década de 1970 e ao longo dos anos de 1980 os argumentos em torno do posicionamento Terceiro-mundista passaram a ser frequentemente identificados na fala dos presidentes, Ministros e embaixadores brasileiros. Somava-se a isso as recorrentes participações do Brasil em alianças e coalizões terceiro-mundistas dentro de organizações multilaterais como o Grupo dos 77, o Pacto Amazônico, o Grupo de Cartagena, o Grupo de Contadora, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTA) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) (SENNES, 2003).

O alinhamento político internacional Terceiro-mundista objetivava conferir ao Brasil novas possibilidades de ação externa que favorecessem o projeto desenvolvimentista

nacional. O Movimento do Terceiro Mundo constituiu alguns mecanismos como o sistema de preferências tarifárias e a Cooperação Sul-Sul (originada das relações horizontais, ou seja, uma cooperação para o desenvolvimento com benefício mútuo entre parceiros), assim a impossibilidade de compor o grupo central e decisório do sistema, foi substituída pelas alternativas conferidas pelo alinhamento Terceiro-mundista (SENNES, 2003). Contudo, Sennes (2003) afirma que o envolvimento do Brasil nos conflitos internacionais norte-sul, como também as ações via coalizão nos organismos multilaterais foram seletivos, pois o ativismo não superava os fóruns de negociação nas áreas econômica e tecnológica; e limitados, uma vez que o Brasil sempre reservou para si uma alternativa seja bilateral ou unilateral para negociar seus interesses.

Deve-se frisar que o Terceiro-mundismo e o Movimento dos Não Alinhados possuíam um discurso questionador da ordem vigente do sistema, porém, o primeiro assumia um caráter mais econômico, enquanto o segundo era fortemente político-confrontacionista e sensivelmente mais amplo. Em vista disso, o Brasil não se filiou ao Movimento dos Não Alinhados mantendo apenas um contato informal com o envio de observadores, o que fez com que o discurso de política externa brasileira em relação ao terceiro mundo fosse considerado dúbio.

Entretanto, deve-se ter em mente que a afiliação política terceiro mundista do Brasil “tinha como limite não prejudicar possíveis concessões ou vantagens de ordem econômica ou vínculos políticos especiais que o país era capaz de garantir por si mesmo através de sua capacidade política. (SENNES, 2003, p. 42). Logo, pode-se afirmar que o Brasil, durante o período analisado, era consciente de seu campo limitado de ação no sistema internacional como Estado periférico recém-industrializado e inserido no contexto de disputas do conflito intersistêmico da Guerra Fria.

Adicionalmente e em consonância com o que afirma Hélio Jaguaribe (1979), entende-se que o sistema internacional do pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo surgimento de duas grandes superpotências, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que constituíam sistemas imperiais; mas, diferentemente das formações imperiais que existiram ao longo da história, os novos impérios tinham poucas características ostensivas, apresentavam-se como Estados independentes semelhantes aos demais, embora fossem dotados de um potencial econômico-tecnológico e político-militar que superava o de qualquer outro país. No entanto, para todos os fins nominais, as demais nações permaneceram figurando nas relações internacionais como atores independentes, sendo preservada sua soberania (JAGUARIBE, 1979).

## **O Estado Desenvolvimentista e A Política Externa Brasileira (1974-1990): uma proposta de análise**

Dessa forma, os Estados passaram a ser divididos em categorias de acordo com os níveis de capacidade e autodeterminação, que segundo Jaguaribe (1979), podem ser elencados da seguinte forma: a primazia geral, ocupada pelos EUA e pela URSS (partir dos anos 1960); a primazia regional, alcançada pela China; a autonomia, como no caso da Comunidade Europeia e do Japão; a autonomia regional, exercida pelo Brasil e pelo Irã; a autonomia setorial, como no caso da Arábia Saudita em relação ao petróleo; e a dependência, nível que se encontravam a maioria dos Estados. Nesse contexto, as relações no sistema davam-se em duas ordens, entre as superpotências – caracterizadas como complexas relações de cooperação e conflito – e entre o centro e a periferia no âmbito de cada sistema imperial. No sistema americano, caracterizado como “aberto e fluido”, esse intercâmbio era entendido como extremamente complexo (JAGUARIBE, 1979).

No que tange o nível de autonomia<sup>1</sup> do sistema, esse baseava-se “em uma complexa rede de interesses inter-relacionados dentro de um enquadramento profundamente assimétrico, que privilegia o centro em relação a periferia”<sup>2</sup> (JAGUARIBE, 1979, p. 95, tradução nossa). Tal assimetria, segundo o autor (1979), era baseada na absoluta superioridade econômico-tecnológica e político militar dos EUA, que assegurava hegemonia dos interesses americanos públicos e privados no âmbito internacional. A autonomia de um Estado dependia da viabilidade internacional, um elemento relativo que atua de acordo com a circunstância histórica, dentro de determinados limites e com as circunstâncias socioculturais de cada país, além disso, existem outros dois condicionamentos básicos: a viabilidade nacional e a permissibilidade internacional (JAGUARIBE, 1979).

Jaguaribe (1979) ainda acrescenta que a viabilidade nacional está subordinada ao momento histórico e à disposição de recursos humanos e naturais. Nesse sentido, verifica-se que o período estudado apresenta uma boa margem de viabilidade nacional, contudo essa sofre variação decrescente ao longo dos mandatos. Durante o governo Geisel, houve um elevado grau de viabilidade nacional visto que o país apresentava uma economia em expansão, ademais, o Regime Militar vigente permitia uma autonomia interessante ao Presidente e aos Ministros. Entretanto, nos governos seguintes o grau de viabilidade nacional diminui em virtude da condição econômica que se deteriorou no governo Figueiredo se agudizando no governo Sarney.

A permissibilidade internacional, além de ser de especificação mais abstrata e difícil, aborda a capacidade, – tanto interna, como o desenvolvimento econômico-militar, mas também externa, como a formação de alianças defensivas – de neutralizar riscos advindos de

---

<sup>1</sup> Segundo o autor, o nível de autonomia só pode ser percebido claramente no âmbito do império norte-americano.

<sup>2</sup> “En una complejared de intereses interrelacionados dentro de un encuadramiento profundamente asimétrico, que privilegia el centro em relación com la periferia” (JAGUARIBE, 1979, p. 95).

terceiros, de acordo com a situação geopolítica e as relações internacionais de um Estado (JAGUARIBE, 1979). Nota-se que a conjuntura do sistema da Guerra Fria, entre 1974 e 1990 ofereceu ao Brasil um relativo índice de permissibilidade internacional, dando margem para que esse atuasse na arena global questionando, em certa medida, a ordem vigente e as desigualdades entre os Estados centrais e periféricos.

Ademais, é essencial observar alguns aspectos do processo decisório de política externa, deve-se considerar que a política externa é por excelência uma política pública, a qual, por sua vez, não dispõe de uma definição única. Em consonância com Saraiva (2006), política pública consiste em uma série de decisões públicas, que visam a manutenção do equilíbrio social ou a modificação da realidade existente. Essas decisões estão condicionadas as reações e modificações geradas no tecido social, como também pelos valores, ideias e visões daqueles que adotam ou influem sobre o processo decisório (Saraiva, 2006). Ainda deve-se considerar que cada política pública apresentará um quadro próprio de atores que contribuem para sua formulação.

De acordo com Lima (2000, p. 291), “A tarefa da política externa é a defesa dos interesses nacionais, sendo sua formulação e implementação reservadas à burocracia do Estado, movida pelo “interesse público” por oposição à esfera propriamente política, lugar dos conflitos e das facções”. Isso requer que o Chefe de Estado e seu Ministro de Estado centralizem as decisões em si próprios, distanciando a política externa das influências causadas pelas mudanças políticas internas e pelos grupos de pressão (LIMA, 2000). A abordagem realista concebia os Estados como atores unitários e monolíticos, em que as decisões deveriam estar limitadas ao poder Executivo, desconsiderando a interação entre os agentes domésticos como elementos ativos do processo de tomada de decisão, ela ainda limitava as temáticas de interesse do Estado no âmbito internacional a questões relativas à segurança e ao poder bélico (FIGUEIRA, 2009).

No entanto, a partir da década de 1970, uma série de alterações ocorreram transformando a dinâmica de interação no sistema internacional, e as análises baseadas no poder bélico dos Estados perderam força explicativa, pois o mundo entrava em um período de relativa paz - com o congelamento do poder mundial -, de expansão do regime capitalista e do aumento da interdependência entre as economias. O escopo analítico da perspectiva realista mostrava-se insuficiente para interpretar as relações internacionais nesse novo contexto. Assim novas abordagens liberais surgiram, visando compreender o impacto dessas transformações econômicas, como também, dos mecanismos normativos de cooperação que vinham sendo criados pelos países como: regimes internacionais, blocos de integração regional e Organizações Internacionais (FIGUEIRA, 2009).

## **O Estado Desenvolvimentista e A Política Externa Brasileira (1974-1990): uma proposta de análise**

No que tange os atores encarregados pela definição e implementação da política externa brasileira, nota-se que o Ministério das Relações Exteriores (que a partir de 1945, iniciou um processo de burocratização que cooperou para seu fortalecimento institucional), uma instituição fortemente insulada, é a agencia estatal responsável pela implementação da política externa nacional, mas também configura-se como o principal formulador em conjunto com o Executivo das diretrizes da diplomacia brasileira. No entanto, é fundamental destacar que durante os primeiros anos do regime militar, o Itamaraty dividiu esse papel com a Escola Superior de Guerra (ESG) (a qual adotava perspectivas de análises fortemente vinculadas as perspectivas realistas tradicionais, baseadas em aspectos geopolíticos e de segurança nacional), contudo a partir da gestão Geisel os ideais anacrônicos da ESG começam a perder força de influência dentro do governo, permitindo ao Itamaraty retomar seu posto como artífice central da projeção internacional brasileira.

Outro ator importante no processo decisório da política externa é o Congresso Nacional, responsável pela internalização dos Tratados celebrados pela presidência. Durante o regime militar, a Constituição de 1967 manteve o poder do Congresso em relação a internalização dos acordos internacionais, porém, com o Ato Constitucional número 5 (AI-5) houve a dissolução do Congresso Nacional. Figueira (2009) analisa que a ausência desse poder inviabilizou qualquer espécie de contrapeso decisório em matérias internacionais durante o período, a autora acrescenta que ainda após a retomada dos trabalhos dos parlamentares, o poder decisório permaneceu centrado no Executivo, blindando as decisões de possíveis opositores.

No aspecto do processo decisório em política externa, passou a se verificar um gradual fim da separação entre a política doméstica e internacional, bem como o desmantelamento da hierarquia entre as agendas de alto e baixo perfil, o que proporcionou uma relativa superação do isolamento dos agentes decisórios. Desse modo, a nova dinâmica de funcionamento do sistema demandava dos Estados uma abordagem inter-temática. Pois, o aumento do grau de interdependência entre os atores, como pode ser verificado durante a primeira crise do petróleo, estimulou que os países concedessem um maior espaço para os foros internacionais e as matérias de teor social e econômico em suas agendas diplomáticas. A política externa brasileira no período estudado foi fortemente sensibilizada por essas modificações, sendo possível notar com clareza a influência que tiveram as temáticas econômicas e a ampliação da interdependência no processo decisório da diplomacia nacional.

Maria Regina Soares de Lima analisa que a agenda econômica externa teve duas consequências para o processo decisório da política externa: “desvinculou a política externa da política doméstica e garantiu relativa autonomia do MRE *vis-à-vis* às forças políticas e



sociais interna, renovando o padrão de insulamento burocráticos característico da diplomacia nos seus primórdios” (LIMA, 2000, p. 293). A autora ainda explica que enquanto a atuação do governo se fez com o fim de defender a industrialização protegida, a demanda por tratamento diferencial e por exceções às regras do regime de comércio,

a diplomacia não tinha de negociar ou trocar concessões para se beneficiar dos resultados liberalizantes das sucessivas rodadas de comércio. Possíveis ganhos obtidos nas negociações multilaterais tinham característica de bem coletivo [...]. Assim sendo, era racional para os atores empresariais e sindicais não participarem dessas negociações. **Dessa forma, a diplomacia desfrutava de relativa autonomia para definir a posição do país nas rodadas multilaterais, já que contava com uma delegação tácita daqueles setores para conduzir essas negociações** (LIMA, 2000, p. 294, grifo nosso).

Destarte, os agentes diplomáticos constituíam “de jure e de facto o interesse coletivo pelo desenvolvimento industrial”, nesse contexto, “o nível de ratificação doméstica, na lógica dos jogos de dois níveis, era supérfluo, pois o chefe de governo, diferentemente de uma situação de troca real, não precisava conciliar eventuais interesses contraditórios entre as arenas, nem estava sob a pressão cruzada delas” (LIMA, 2000, p. 294).

A redemocratização pouco alterou, com a Constituição de 1988, a regulamentação entre os poderes do Executivo e do Legislativo em matéria de política externa. Entretanto, as novas temáticas da agenda internacional passaram a adquirir maior importância dentro do texto constitucional, apresentando-se explicitamente em seu artigo 4º. De acordo com Lima (2000, p.195), as mudanças internacionais e domésticas inviabilizaram o papel anterior dos agentes diplomáticos de representantes da coalizão industrializante, ademais a volta da ordem democrática, a crise do Estado e do modelo de industrialização protegida e a abertura econômica implicaram “em uma importância renovada da política doméstica no processo de formação da política externa, com duas implicações que se reforçam: a potencial diminuição da autonomia decisória prévia do MRE na condução da política externa e a politização da política externa em função do seu novo componente distributivo”, o que possibilitou a criação de novas coalizões favoráveis a mudanças do *status quo*, diante dos incentivos e restrições nos níveis doméstico e internacional.

Segundo a autora (2000), a principal consequência para o processo decisório em política externa da liberalização política e da abertura econômica foi alterar a “natureza da política externa que além de representar interesse coletivo no plano mundial, passou a ter que negociar interesses setoriais, inserindo-se diretamente no conflito distributivo interno. Idealmente, nessa nova situação, a ratificação tende a adquirir uma dinâmica própria, cabendo ao chefe de governo o papel de compatibilizar os dois níveis” (LIMA, 2000, p.195).

## **O Estado Desenvolvimentista e A Política Externa Brasileira (1974-1990): uma proposta de análise**

Assim, compreende-se que a política externa brasileira de 1974 a 1990 teve características e ações específicas, dentro do paradigma de Estado desenvolvimentista, numa matriz de conduta claramente estabelecida, que levou em conta a parcial permissibilidade do sistema internacional do período e foi favorecida pela viabilidade nacional, além de estar condicionada as transformações na configuração do núcleo decisório da diplomacia nacional.

### **O Projeto Desenvolvimentista na Diplomacia dos Governos: Geisel, Figueiredo e Sarney (1974-1990)**

A diplomacia empregada durante a gestão do Presidente Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979), sem dúvida, foi um momento emblemático. De forma sucinta, nos dizeres de Souto Maior (2018), as condições objetivas do país colocaram o governo diante do dilema entre qual dos dois grandes conflitos mundiais era mais relevante para a atuação político-diplomática brasileira, o confronto político, ideológico e militar entre os blocos capitalista e socialista ou o choque de interesses criado pelo hiato econômico entre países ricos e países pobres. O Brasil optou pelo segundo e residiu nesse a raiz das mudanças que caracterizaram a política externa deste governo.

A erosão da ordem mundial estabelecida após 1945 gerou novas dinâmicas estratificando o poder no plano internacional, em paralelo com a progressiva liquidação dos impérios coloniais e a emergência de potências intermediárias. Esses fatores levaram ao estabelecimento de uma ordem global que conferiu um relativo índice de permissibilidade internacional para a ação do Estado brasileiro. Assim, esse cenário ímpar viabilizava que a política externa brasileira fosse concebida “como espaço privilegiado para a consecução do objetivo maior, o desenvolvimento econômico nacional, funcionando, dessa maneira, como verdadeiro catalisador do processo de construção da potência sul-americana” (SANTOS, 2011, p. 253).

De modo geral, o Regime Militar criou, como ressalta Ligiéro (2011), um modelo calcado no desenvolvimento associado ao nacional desenvolvimentismo, todavia, esse modelo passou por transformações, resultando em uma referência ímpar. Nesse sentido, surgiu o “Projeto Brasil-Grande Potência” (Nacionalismo dos Fins), cujos principais resultados não foram somente o crescimento econômico e o incentivo à exportação dos excedentes industriais, mas sim, acima de tudo, a expansão do capitalismo monopolista de Estado (SILVA, 2004). A autora reforça que o controle desse sobre inúmeros setores da produção e do sistema financeiro, tanto a partir das empresas de sua propriedade, quanto através de controles sobre a iniciativa privada, até mesmo sobre o comércio exterior, abriu e reforçou a base nacional da relativa autonomia do Brasil.

Contudo, as dificuldades da economia nacional iniciaram-se no governo Geisel com o desgaste do “milagre econômico” (principal legitimador do Regime) e pelo Choque do Petróleo em 1973. A alternativa encontrada foi manter o crescimento econômico acelerado, ainda que isso implicasse no aumento substancial do endividamento. E visando buscar alternativas as dependências externas foi lançado, em 1974, o II Plano Nacional do Desenvolvimento (1975-1979). Desse modo, a nova política econômica deveria ser capaz de modificar a estrutura produtiva do país, abrir novas frentes de exportação e estimular o ingresso de capitais estrangeiros (SILVA, 2004). Esses esforços surtiram resultado, pois o Brasil tornou-se o principal exportador entre os países em desenvolvimento, no período de 1973 a 1978, as exportações brasileiras para os países em desenvolvimento não produtores de petróleo cresceram em quase 140%, enquanto as vendas aos países produtores de petróleo aumentaram em quase 320% (LIGIÉRO, 2011).

Todavia, a longo prazo, houve também um aumento expressivo da inflação, a balança comercial passou a apresentar déficits e a dívida externa aumentou rapidamente, a economia nacional manteve sua vulnerabilidade diante dos choques externos devido a dependência que se manteve em relação ao petróleo e a fragilidade frente às oscilações das taxas de juros, as quais não foram previstas (SILVA, 2004). Apesar de o país ter adotado medidas que buscavam diversificar suas relações comerciais e atenuar sua dependência de insumos, bens de capital e petróleo importados, foram tomadas decisões que aprofundaram sua vulnerabilidade financeira e sua dependência do capital estrangeiro, e ainda exacerbaram, em curto prazo, a necessidade de importação de petróleo e insumos importados (CUNHA; FARIAS, 2011).

Posto isso, pode-se afirmar que todas as questões acima pontuadas tornaram o processo de decisão política no governo Geisel cercado de particularidades, o que possibilitou a implementação da “política externa mais ousada” dos governos militares, paralelamente, os objetivos estabelecidos pelo II PND conferiram à diplomacia nacional uma estratégia de ampliação das relações internacionais do Brasil (VISENTINI, 2004, p. 197). No entanto, o autor aponta que a originalidade desta política externa reside no fato dela

[...] **respaldar uma política de autonomização econômica que não existia antes, e da resposta imediata ousada aos desafios gerados pela crise internacional.** Isso explica a “agressividade” dessa diplomacia. Aqui o interesse a ser preservado ou perseguido é de dimensões muito maiores. É só comparar o mar territorial de 200 milhas com o Acordo Nuclear, e as respectivas reações internacionais a ambos. As demais características – postura pragmática, ecumenismo, realismo – já existiam antes, ou estavam se desenvolvendo, embora não fossem tão atreladas (VISENTINI, 2004, p. 210 e 211, **grifo nosso**).

## **O Estado Desenvolvimentista e A Política Externa Brasileira (1974-1990): uma proposta de análise**

No entanto, ainda que a política externa desse período tenha se valido de ideias e posições já vistas em momentos anteriores, essa “logrou estruturá-las e consolidá-las, tornando-se, desde então, efetivamente, a base de sustentação da diplomacia brasileira contemporânea” (LIMA, 2018, p. 14). Durante a primeira reunião ministerial do seu governo, no dia 19 de março de 1974, o Presidente Geisel introduziu a noção de pragmatismo responsável, como a linha mestra da sua política externa, estabelecendo como tarefa prioritária o relacionamento com as nações imãs da circunvizinhança, com a diplomacia estando a serviço dos interesses do comércio exterior, da garantia do suprimento adequado de matérias-primas e produtos essenciais e do acesso à tecnologia mais atualizada (SOUTO MAIOR, 2018).

Outro fator que contribuiu para o surgimento da nova estratégia de inserção internacional do país foi a mudança dos atores envolvidos no processo decisório de política externa, o grupo denominado “linha dura” e o Conselho de Segurança Nacional – antes influentes – perderam expressão dentro do núcleo decisório do governo, enquanto o Itamaraty retomou seu papel central (BUÉRE, 2014). O principal agente foi o MRE, junto com a Presidência, mas também participaram<sup>3</sup> os militares, empresários, parlamentares e acadêmicos (LECHINI, 2008). Geisel e Silveira compartilhavam o pensamento de que era possível gerar mudanças no sistema internacional à luz dos interesses brasileiros, o país deveria aproveitar sua dimensão territorial e demográfica, a capacidade de diálogo bem como sua tradição diplomática para atuar de forma autônoma prezando pela cooperação internacional e pelo desenvolvimento (LIMA, 2018).

A visão política estratégica do novo governo compreendia o Brasil como um país ainda em vias de desenvolvimento, mas que, no entanto, detinha enormes potencialidades, uma economia de consideráveis dimensões, claras possibilidades de atuação externa, de modo particular, mas não exclusivamente, no plano regional (SOUTO MAIOR, 2018). Se os dois objetivos fulcrais dos governos militares foram a segurança nacional e o desenvolvimento econômico, o governo Geisel se destaca por redirecionar a prioridade para o segundo (LIGIÉRO, 2011), que se fazia em certa medida condicionado pelo contexto internacional. Essa noção fez da diplomacia nacional um ator central na execução do principal propósito

---

<sup>3</sup> Pelo contrário, as questões da diplomacia que afetavam a segurança nacional eram analisadas pela primeira subchefia da Secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional (encarregada dos assuntos como: energia nuclear, recursos do mar, meio ambiente, atividades espaciais, recursos materiais compartilhados e direito do mar), os reatamentos polêmicos, como China e Angola, passaram pela Secretaria-geral (LIMA; MOURA, 2018). Assim, o que se dava “era uma relação estreita entre o Itamaraty e a Secretária-geral na produção de informações que geravam a decisão presidencial. Em alguns casos, como no acordo com a Alemanha, a iniciativa coube à Secretaria-geral; em outros, como na política africana, ao Itamaraty” (LIMA; MOURA, 2018, p. 336). Levando-se isso em consideração, compreende-se que os militares pareciam assimilar os argumentos do pragmatismo, colocando limites àqueles temas que, na sua opinião, arriscavam a segurança nacional.

nacional o desenvolvimento econômico que passa a ser entendido como base da segurança nacional (SOUTO MAIOR, 2018).

A política externa do governo João Batista Figueiredo (1979-1985) e de seu Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, denominada de Universalista, foi caracterizada por revisar as posturas regionais, bem como, por manter a matriz estabelecida e consolidada na década de 1970. Entretanto, algumas transformações no sistema internacional, bem como fatores internos, implicaram em adaptações nas diretrizes de política externa. Segundo Bueno e Cervo (2015), o paradigma atrelado ao desenvolvimento nacional evoluiu para uma fase de crise e contradições, ainda que o desenvolvimento tenha se mantido como o vetor da diplomacia em foros multilaterais, e a cooperação tenha avançado qualitativamente, fatores nocivos limitaram a condição de eficiência desse.

A década de 1980 foi notadamente marcada por significativas mudanças na conjuntura internacional. A situação econômica e política mundial não era mais tão favorável a atuação do Brasil, tendo em vista, principalmente, o Segundo Choque do Petróleo (1979), desacelerando o ritmo do seu desenvolvimento e sepultando o chamado milagre econômico que se promovia por meio dos abundantes empréstimos de petrodólares, soma-se a isso, o fim do movimento de distinção da Guerra Fria, *détente*, o estabelecimento de uma nova divisão internacional da produção e do encadeamento da Revolução Científico-Tecnológica

As obras faraônicas iniciadas nos Governos militares anteriores (Rodovia Transamazônica, Usina Hidrelétrica de Itaipu, Ponte Rio-Niterói, Centrais Atômicas) com o financiamento de empréstimos internacionais a juros baixos, passaram a onerar, cada vez mais, o tesouro em virtude de amortizações progressivamente mais elevadas, corroborando para a agudização da crise financeira, o crescimento da inflação, o desabastecimento, o desemprego e a insatisfação popular (CASTRO, 2009a). É importante frisar que a dependência energética, um gargalo de estrangulamento histórico do desenvolvimento nacional, consistiu em exemplo bem-sucedido de medidas de superação articulado pela diplomacia, liberavam-se, assim, recursos da balança comercial, que poderiam destinar-se a investimentos produtivos, no entanto, havia sido criado outro gargalo de estrangulamento, os serviços da dívida externa (BUENO; CERVO, 2015).

Assim, a diplomacia empregada no período empenhou-se em conservar a autonomia do Brasil em um sistema internacional, que se mostrava cada vez mais desfavorável a atuação brasileira (RIZZI, 2014). Ainda que tenha mantido características de continuidade com o Pragmatismo Responsável Ecumênico de Geisel e Azeredo da Silveira, o Universalismo definiu o Brasil como parte do Terceiro Mundo, permaneceu atuando nos foros internacionais

## **O Estado Desenvolvimentista e A Política Externa Brasileira (1974-1990): uma proposta de análise**

criticando as estruturas políticas e econômicas internacionais em conjunto com o Movimento dos Não Alinhados, mas sem integrá-lo (VIZENTINI, 2004).

O MRE tinha a percepção de que se articulava no sistema internacional uma conjuntura fortemente negativa para a autonomia das potências médias no Terceiro Mundo, dessa forma, a diplomacia brasileira, nesse período, manteve e aprofundou sua presença em todas as regiões do planeta, concretizando e intensificando muitas iniciativas do governo Geisel (VIZENTINI, 2004). Para Saraiva Guerreiro, o Universalismo apresentava-se como “a solução necessária para absorvermos o impacto da mundialização do sistema internacional, em que todos os acontecimentos afetam, de uma forma ou outra, a todos os países”, nesse sentido, o “Universalismo não é uma aposta na quantidade de contatos, mas tem contornos claramente qualitativos; implica a aceitação de que a construção da ordem internacional se sustenta também na aceitação da diversidade, na busca permanente de conciliação de interesses antagônicos” (GUERREIRO, 1984, p. 85).

O governo de José Sarney (1985-1990), após 21 anos de Regime Militar, representou o fim formal da ditadura, mas ao mesmo tempo, ainda constituiu uma etapa que deveria ser completada no processo de transição democrática; representou, assim, como afirma Pereira (2003) um período muito importante para a análise da inserção internacional do Brasil, pois se insere em um momento crítico de transição de paradigmas do desenvolvimentismo para o neoliberal. Cabe ressaltar, ainda, que este período, apesar de já apresentar os primeiros sinais da abertura política e econômica que aconteceria nos anos 1990, não foi caracterizado simplesmente por uma postura passiva em relação aos acontecimentos da política internacional. Nota-se que o projeto nacional vigente foi comprometido em grande medida nos campos econômico e diplomático, dessa forma a atuação do governo oscilava entre a fragmentação do poder e os esforços para dar continuidade ao plano de desenvolvimento (PEREIRA, 2003).

Em termos econômicos, a década de 1980 foi caracterizada por profundas mudanças estruturais. Em linhas gerais, sobre o aspecto econômico, o governo via-se diante da ascendente inflação e da enorme dívida externa. Entende-se que a gestão Sarney correspondeu a um período transitório no sistema político brasileiro. Verifica-se que as fragilidades brasileiras no plano internacional, ou seja, as relações de dependência do Brasil se agravaram assumindo a condição mais aguda do período estudado, reduzindo assim a permissibilidade internacional para a atuação da diplomacia nacional. Por outro, embora a margem de viabilidade nacional tenha passado a estar sujeita a deterioração da condição econômica. A conjuntura democrática inseriu novas variáveis ao processo de decisão da política externa promovendo potencialidades para essa, pois ao desvincular o país dos

constrangimentos inevitáveis de um regime autoritário o Brasil passou a dispor de um novo espectro de autonomia no sistema a ser explorado pela diplomacia nacional.

Em 1985, assumiu como Chanceler, por indicação de Tancredo Neves, Olavo Egídio Setúbal, de modo geral, pode-se afirmar que a política exterior executada se confrontou com limitações e novas possibilidades das estruturas vigentes, muito embora, fosse possível identificar alguns traços de continuidade com políticas anteriores. Côrtes (2010) aponta dois importantes aspectos da nova administração, o primeiro seria um caminho relativamente livre para a tomada de decisões internacionais, uma vez que, a atenção dos atores políticos estava concentrada na frenética dinâmica interna, havia a sensação, entre esses, que a política externa já estava firmada em bases condensadas pela sociedade.

O segundo ponto destacado pelo autor (2010), diz respeito ao ressurgimento das credenciais democráticas. A redemocratização (e a implementação da Constituição Federal de 1988) forneceu a linha inicial de ação externa do governo; em seu discurso diplomático e na implementação de sua política regional e multilateral, Sarney utilizou os valores da democracia para amparar princípios e objetivos de atuação, através disso, foi possível superar a desconfiança dos anos do Regime Militar e desembaraçar algumas vias de comunicação com o centro do sistema<sup>4</sup> (CORRÊA, 1996).

Côrtes (2010) indica que foi através do pilar democrático que a diplomacia nacional pode defender a política de desenvolvimento nacional e em alguma medida resistir as crescentes retaliações dos poderes centrais. Pereira (2003) complementa que inúmeras vezes pautas fundamentais da agenda internacional brasileira eram ignoradas pelos centros de poder, o que tolhia o encaminhamento de questões de interesse nacional, o que de fato se verificou foi a aberta atuação dos países centrais em normatizar, aos seus critérios, em que termos se dariam as relações com periferia. A autora (2003) ainda argumenta que a postura do governo oscilava entre a conciliação e a confrontação, mesmo que discreta, chegando em momentos a rejeitar o monitoramento dos organismos intencionais, o Brasil logo frustrou suas expectativas de obter um espaço privilegiado em foros internacionais (como Conselho de Segurança, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e G-7).

---

<sup>4</sup> Cabe destacar também, a reestruturação da Secretaria de Estado que também ocorreu nessa época, motivada logicamente pela Nova República, mas também, pelas modificações da participação brasileira no âmbito internacional, que demandaram uma reorganização estrutural e atualização dos métodos de trabalho do Itamaraty. Uma das atualizações mais importantes deu-se no Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (DCT), subordinado diretamente a Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais (SGEC), esse já era responsável por três divisões e foi acrescida, em 1987, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A ABC foi sem dúvida um dos maiores feitos da gestão Sarney na ação diplomática, representando uma nova percepção da estrutura de cooperação internacional brasileira tornando-se um instrumento fundamental para o aprofundamento das relações com a América Latina e a África. Outra “instância inovadora” foi o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), criado em 1987, e subordinado a Fundação Alexandre de Gusmão, cuja proposta era ser uma plataforma de desenvolvimento e divulgação de pesquisas sobre temas referentes às relações internacionais, no intuito de se aproximar da comunidade acadêmica.

## **O Estado Desenvolvimentista e A Política Externa Brasileira (1974-1990): uma proposta de análise**

Em fevereiro de 1986, o Ministro Olavo Setúbal foi substituído por Roberto de Abreu Sodré, o qual ocupou o cargo até o final do governo Sarney. Nesse contexto, as diretrizes da atuação externa brasileira se mantiveram as mesmas de forma geral, algumas alterações foram feitas. Em virtude das frustrações obtidas na tentativa de diálogo Norte-Sul, pois o projeto de desenvolvimento nacional defendido pelo Brasil não era bem visto pelos interesses dos centros desenvolvidos. Percebe-se aqui, como ressalta Pereira (2003), que importantes modificações na conjuntura internacional iniciaram uma nova fase das desigualdades no plano global, a qual levou os países do Leste e do Sul assumirem posturas no intuito de ampliar a rede do sistema de cooperação.

O mundo gradualmente não era mais dominado apenas por quem detivesse o poder militar, mas por aquele que tivesse melhores condições de competitividade, logo, outra grande linha de força da diplomacia do governo Sarney foi a mudança qualitativa na agenda multilateral do país (CORRÊA, 1996). Muito embora os principais foros internacionais fossem influenciados pela política de enfraquecimento e desarticulação levado a cabo pelas potências centrais, a diplomacia nacional fez dessas arenas um de seus principais instrumentos.

### **Considerações Finais**

O presente trabalho teve como objetivos realizar uma revisão histórica da trajetória da política externa nacional durante os governos Geisel, Figueiredo e Sarney e sua relação com o modelo de Estado desenvolvimentista. Nesse sentido, constatou-se que os anos de 1974 a 1990 constituíram um período muito positivo para a política externa brasileira com ações pensadas e pautadas pela busca do interesse nacional identificado pelo desenvolvimento.

Assim, assume-se que o governo Geisel reuniu uma conjuntura de parcial permissibilidade do sistema internacional e foi favorecido pela viabilidade nacional que permitiram uma ampla e profunda reformulação da política externa brasileira, levando a cabo uma nova estratégia na inserção internacional. Essa assinalada por objetivos de longo prazo, além de permitir ao Estado brasileiro uma ação mais independente e menos resignada aos interesses dos atores centrais do sistema internacional. Isso só foi possível graças a uma análise assertiva da condição do Brasil como uma potência média recém industrializada que demandava mercados consumidores aos seus produtos, mas também parcerias políticas em importantes fóruns internacionais.

De mesmo modo, verificou-se que a política externa Universalista do Presidente Figueiredo foi caracterizada por manter a matriz estabelecida na década de 1970, ou seja, o desenvolvimento permaneceu como grande mote da atuação internacional do Estado



brasileiro. No entanto, alterações nas conjunturas interna e externa demandaram algumas adaptações nas diretrizes da diplomacia nacional. O último governo do Regime Militar vivenciou o início da crise do paradigma desenvolvimentista, o Segundo Choque do Petróleo (1979), o recrudescimento das disputas da Guerra Fria, bem como, a agudização do problema da dívida externa e do protecionismo dos mercados centrais. Esses fatores desenharam um sistema internacional desfavorável à atuação de países como o Brasil, periférico, recém-industrializado e inserido no contexto de disputas do conflito intersistêmico da Guerra Fria. Fato que influenciou na adoção, pela política externa, de um comportamento mais ativo em organismos multilaterais visando a consolidação de alianças e coalizões.

O governo Sarney, por sua vez, foi marcado por vários pontos de estrangulamento das possibilidades de ação internacional brasileira, gerados especialmente pelo endividamento externo e o aumento do protecionismo. Em um sistema internacional que se redesenhava conferindo maior importância ao poder econômico e as capacidades industriais dos países. Em contrapartida, os constrangimentos políticos que permearam a política externa durante o Regime Militar, atrelados aos direitos humanos, meio ambiente e democracia foram, com a redemocratização, superados conferindo ao Brasil importantes credenciais que se fizeram essenciais para abrir novos caminhos para a atuação da diplomacia nacional. Logo, identificou-se uma contenção, a nível de propostas comerciais, mas a nível político há um notório ganho qualitativo das relações, o contexto de um governo democrático passou a permitir ao Brasil se posicionar de modo mais consistente diante de situações de ilegalidade e injustiça no cenário internacional.

Portanto, conclui-se que a hipótese levantada no início da pesquisa se confirma, pois, embora cada gestão seja assinalada por características particulares, através da revisão histórica, tornou-se evidente que as iniciativas e proposições de cada governo estão inseridas dentro de um arco maior cujo fim é o desenvolvimento nacional. Ou seja, a política externa brasileira de 1974 a 1990 possuiu características e ações específicas, inseridas no paradigma de Estado desenvolvimentista, dentro de uma matriz de conduta claramente definida, sem perder de vista a parcial permissibilidade do sistema internacional do período e foi favorecida pela viabilidade nacional, além de estar condicionada as transformações na configuração do núcleo decisório da diplomacia brasileira. Logo, reitera-se a ideia de que o período de 1974 a 1990 empregou uma política externa extremamente assertiva e propositiva, a qual ainda lançou as bases fundamentais para o projeto de inserção internacional fundada na autonomia nacional que veio a ser retomado nos anos 2000.

*Recebido em 22 de agosto de 2019. Aprovado em 08 de setembro de 2019.*

## **O Estado Desenvolvimentista e A Política Externa Brasileira (1974-1990): uma proposta de análise**

### **Referencias bibliográficas**

- ALTEMANI, Henrique de Oliveira. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da política externa do Brasil**. 5. ed. Brasília: UNB, 2015. 605 p.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira; CASTRO, Francisco Mendes de Oliveira. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)**. Brasília: FUNAG, 2009. V. I. 332 p.
- CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: Formação dos conceitos brasileiros**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 297 p.
- CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. Pronunciamentos do chanceler Azeredo da Silveira na ONU (1974-1978) com notas introdutórias do embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **O Pragmatismo Responsável na Visão da Diplomacia e da Academia**. Brasília: FUNAG, 2018. p. 43-45.
- CÔRTEZ, Octávio Henrique Dias Garcia. **A Política Externa do Governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia**. Brasília: FUNAG, 2010.
- CUNHA, Raphael Coutinho da; FARIAS, Rogério de Souza. As relações econômicas internacionais do governo Geisel (1974–1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 54, n. 2, p.46-69, 2011.
- FIGUEIRA, Ariane C. Roder. **Processo Decisório em Política Externa no Brasil**. 2009. 255 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência Política, na Área de Concentração em Relações Internacionais, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1984. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 42, jul., ago. e set. de 1984, pág. 75-128.
- JAGUARIBE, Helio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. **Estudios Internacionales**, [s.l.], v. 12, n. 46, p.91-130, 29 set. 2011. Universidad de Chile.
- LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, p.55-76, jul. 2008.

- LIGIÉRO, Luiz Fernando. **A autonomia na política externa brasileira - a Política Externa Independente e o Pragmatismo Responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?** Brasília: FUNAG, 2011. 412 p
- LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições Democráticas e Política Exterior. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p.265-304, 2000.
- LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. Azeredo da Silveira e o Pragmatismo Responsável. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **O Pragmatismo Responsável na Visão da Diplomacia e da Academia**. Brasília: FUNAG, 2018. p. 9-37.
- MOURA, G. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- PEREIRA, Analúcia Denilevicz. **A Política Externa do Governo Sarney: A Nova república diante do reordenamento internacional (1985-1990)**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 436 p.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; VISENTINI, Paulo Fagundes. **História da África e dos Africanos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. 240 p.
- RIZZI, Kamilla R. **O Grande Brasil e os Pequenos PALOP**. 1ª ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2014.
- SANTOS, Luiz Cláudio Machado dos. **As Relações Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade e Consulta ao Processo de Descolonização Lusa na África (1953-1975)**. 2011. 324 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- SARAVIA, Enrique. Introdução à Teoria da Política Pública. In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (Orgs). **Políticas Públicas: Coletânea**. Brasília: ENAP, 2006.
- SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: Uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 143 p.
- SILVA, Heloisa Conceição Machado da. **Da substituição de importações à substituição de exportações: A política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 485 p. (Relações Internacionais e Integração).
- SOUTO MAIOR, Luiz Augusto Pereira. O “Pragmatismo Responsável”. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. **O Pragmatismo Responsável na Visão da Diplomacia e da Academia**. Brasília: FUNAG, 2018. p. 203-244.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 242.

**O Estado Desenvolvimentista e A Política Externa Brasileira (1974-1990):  
uma proposta de análise**

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Sistema de Yalta como condicionante da política internacional do Brasil e dos países do Terceiro Mundo. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 40, n. 1, p.5-17, jun. 1997.